



A ESPERA DE UM MILAGRE

Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo

É com consternação que toda a comunidade acadêmica brasileira acompanha a crise pela qual vem passando uma de nossas maiores universidades. A crise da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo tem repercutido fortemente na imprensa e levantado uma série de interrogações. Como se chegou a esse ponto? A intervenção da Mantenedora era necessária? É justo demitir professores qualificados com muitos anos de casa? Onde fica a qualidade acadêmica?

Uma crise como a da PUC-SP não surge de uma hora para a outra e, geralmente, é oriunda de duas causas principais: uma nova concorrência, mais forte e agressiva, e a acomodação dos órgãos de gestão, que não analisam as mudanças por que passa o setor e se recusam a entender que uma universidade privada é uma organização que, mesmo quando não tem fins lucrativos, precisa se planejar, analisar cenários, avaliar resultados e custos e utilizar da melhor forma possível seus recursos humanos e materiais. Parece óbvio, mas não é.

É verdade que uma universidade digna deste nome precisa, até legalmente, realizar pesquisas e, para isso, deve contar com professores qualificados e que atuem em tempo integral. Além disso, as mensalidades médias no ensino superior privado estão muito abaixo daquelas cobradas pelas boas escolas de ensino médio. No entanto, algumas destas verdades não se aplicam no caso da PUC-SP, porquanto seus alunos pagam uma mensalidade média elevada para os padrões nacionais e, em grande parte, procuram a qualidade acadêmica, não sendo, portanto, tão afetados pela concorrência barata sem qualidade.

A crise não está bem aí. A PUC-SP tentou imitar as universidades públicas, com seus erros e acertos, porque esse é o modelo de qualidade no Brasil. Só que os erros das públicas, para quem não tem orçamento assegurado pelo Governo e vive da mensalidade dos estudantes, é mortal.

A intervenção tornou-se brutal porque o déficit acumulado é grande demais para ser administrado sem dor. Infelizmente, a culpa maior é de quem não quis ver a tempo esta situação.



A participação da mantenedora na vida administrativo-financeira (e em certos aspectos acadêmicos) de uma universidade é muito mais comum em países com sistemas de ensino mais desenvolvidos que o nosso, já que ela, mantenedora, responde pelo grau de endividamento da universidade. O ideal era que a própria Universidade tivesse levado a termo o acerto, entretanto, isso não aconteceu no caso da PUC-SP. Injustiças podem estar ocorrendo; mal estar e tristeza são sentimentos que dominam qualquer instituição nesta situação, mas, quando a comunidade acadêmica não faz o que é necessário para salvaguardar a saúde financeira institucional, abre mão, automaticamente, de sua autonomia.

A estas questões se junta, agora, uma nova: deve o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ou o Governo intervir nessa crise? É difícil ser contra o apoio a uma instituição com a qualidade da PUC-SP, mas um auxílio externo não poderia substituir o ajuste para erradicar o déficit operacional. E, sobretudo, o financiamento estatal para o setor privado de ensino superior deveria ser uma regra, e não uma exceção nos momentos de crise, ou para as instituições simpáticas ao governo. Em muitos países, as boas instituições privadas têm apoio estatal, com parte de seus custos subsidiados, uma vez que realizam uma função pública.

Por isso, se o financiamento do BNDES à PUC-SP for fruto de mero casuísmo e não fizer parte de uma reflexão nacional para repensar o financiamento do ensino superior brasileiro, é melhor que não ocorra, pois a PUC-SP não é a primeira e não será, com certeza, a última a precisar de socorro.

Não devemos passar a mensagem de que é melhor esperar um milagre, já que, colegiada e democraticamente, as instituições não se dispõem a enfrentar o desgaste de fazer o que tem de ser feito, que aparecerá alguém para pagar a conta. Os colegiados? Os gestores? Não, o contribuinte. Não se deve premiar má gestão com dinheiro público.

Publicado na coluna Tendências e Debates do jornal Folha de São Paulo, em 11 de março de 2006, e inserido no site em março de 2006